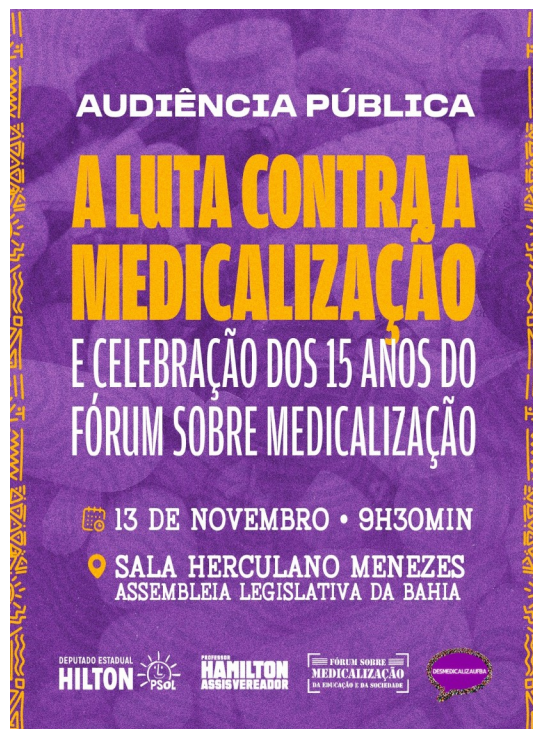


Audiência Pública

“A luta Contra Medicalização e a Celebração dos 15 anos do Fórum Sobre Medicalização”



Realização: *Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público*

Proponente: *Deputado Hilton Coelho*

13 de novembro de 2025

Salvador – BA

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – 20ª Legislatura

Presidente – Dep. Ivana Bastos (PSD)

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Presidente – Dep. Olívia Santana (PCdoB)

Vice-presidente – Dep. Penalva (PDT)

Titulares

Dep. Hilton Coelho (Psol)

Dep. Jurailton Santos (Republicanos)

Dep. Robinson Almeida (PT)

Dep. Dra. Fabíola Mansur (PSB)

Dep. Marcone Amaral (PSD)

Dep. Rosemberg Pinto (PT)

Suplentes

Dep. Felipe Duarte (PP)

Dep. Pancadinha (Solidariedade)

Dep. José de Arimateia (Republicanos)

Dep. Zé Raimundo Fontes (PT)

Relatório produzido pela Secretaria-Geral das Comissões (SGC)

Secretário-Geral das Comissões – Bira Corôa

Técnica-relatora – Elbani Oliveira

Revisão – Jucimar Santos

Sumário

Audiência Pública

– Apresentação.....	4
– Composição da Mesa.....	5
– Abertura.....	6
– Pronunciamentos.....	7
– Plenária.....	12
– Considerações finais.....	26
Anexo II – link para vídeo da audiência pública.....	29
Anexo III – Galeria de fotos.....	30

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação

A audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Bahia celebrou os 15 anos do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, movimento que congrega profissionais, estudantes, militantes e instituições comprometidas com a luta contra a medicalização da vida e da educação. O evento contou com a participação de representantes do Fórum, dos Poder Legislativos municipal e estadual, conselhos profissionais, movimentos sociais e da academia.

Composição da Mesa

A audiência pública “A luta Contra Medicalização e a Celebração dos 15 anos do Fórum Sobre Medicalização” aconteceu de forma presencial nas Salas Deputado Luís Cabral e Deputado Herculano Menezes (ALBA).

Hilton Coelho – Deputado estadual e membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Elaine Cristina de Oliveira – Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e representante do Fórum sobre Medicalização

Hamilton Assis – Vereador do Município de Salvador

Antônio Marcos Sampaio – Conselheiro Regional de Psicologia

Nanci Helena Rebouças Franco – Diretora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Denise Souza – Professora e representante do Comitê Bahia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Giselly Souza – Diretora do Colégio Estadual Ana Nery

Presenças registradas

Gabriella Borges – Presidente do Psol de Porto Seguro

Zilmar Alverita – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Abertura

Hilton Coelho – Deputado estadual e membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Destacou a trajetória e a importância do Fórum sobre Medicalização, que completava 15 anos. Ressaltando seu orgulho por acompanhar o fórum por cerca de 12 anos, considerando-se um militante ativo da causa. Enfatizou a complexidade do tema da medicalização, preferindo não aprofundar a discussão naquele momento, pois a audiência contaria com uma mesa composta por especialistas e representantes importantes, incluindo a diretora da Faculdade de Educação (Faced).

Destacou a relevância das intervenções do fórum, especialmente no município de Salvador, onde participou da luta contra a implementação do programa conhecido como "alfabeto", que ele classificou como uma iniciativa com uma visão medicalizante da educação, que individualizava os problemas educacionais e culpabilizava estudantes e famílias.

Lembrou que a mobilização social contra o programa foi vitoriosa, a ponto de então prefeito ACM Neto reconhecer publicamente o erro do programa, fato que considerou raro e significativo. Atribuiu parte desse sucesso à atuação do Fórum Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade, ressaltando a importância dos debates realizados no campo dos direitos humanos e a abrangência do tema, que vai desde a sala de aula até questões sociais mais amplas, como a violência policial e as chacinas.

Mencionou as conquistas legislativas recentes, como a aprovação do Dia Municipal e do Dia Estadual contra a Medicalização da Educação e da Sociedade, destacando a importância dessas datas para sensibilizar a sociedade sobre o tema. Expressou a expectativa de que a audiência gerasse um documento relevante para ser utilizado em diversos espaços sociais, como escolas, terreiros de candomblé, comunidades e igrejas.

Fez menção aos demais participantes da mesa, elogiando suas contribuições e destacando a vitória na campanha contra a cassação do vereador professor Hamilton Assis, reforçando o compromisso coletivo com a defesa da educação pública e contra a medicalização. Ressaltou que a audiência foi feita em conjunto com o mandato do vereador Hamilton Assis.

Pronunciamentos

Elaine Cristina de Oliveira – Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e representante do Fórum sobre Medicalização

Apresentou um relato detalhado sobre a trajetória do Fórum, que completava 15 anos de atuação. Destacou a origem do movimento, surgido em 2010 a partir do primeiro seminário internacional realizado em São Paulo, e ressaltou a importância do fórum como espaço permanente de diálogo e ação política contra a naturalização da medicalização da vida, especialmente no campo da educação.

Enfatizou os princípios e diretrizes que orientam o Fórum, pautados na diversidade, nos direitos humanos e na justiça social, e mencionou os diversos eventos nacionais e internacionais promovidos ao longo desses anos, bem como as publicações e documentos produzidos, como as Recomendações de Práticas Não Medicalizantes.

Também ressaltou as conquistas legislativas, como a criação do Dia Municipal e do Dia Estadual de Luta Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade em várias cidades, incluindo Salvador. Abordou as principais bandeiras do Fórum, destacando a defesa da escola pública como espaço fundamental de formação humana, social e política, e a crítica à medicalização que individualiza problemas educacionais e sociais.

Esclareceu que o Fórum não é contrário ao uso de medicamentos quando necessários, mas combate a medicalização excessiva e perversa que produz sofrimento, associando-a a formas de opressão como racismo, machismo, homofobia e transfobia. Além disso, manifestou preocupação com as comunidades terapêuticas que não dialogam com a reforma psiquiátrica e com a recente aprovação, pela Câmara Municipal de Salvador, de um projeto de lei que autoriza o uso da Bíblia Sagrada como material paradidático, ressaltando a importância do respeito à diversidade religiosa e ao caráter laico do Estado. Agradeceu o apoio recebido, especialmente do Conselho de Farmácia, e convidou todos os presentes para o ato desmedicalizante que encerraria a semana de comemoração dos 15 anos do fórum, reforçando o compromisso coletivo com a luta contra a medicalização da educação e da sociedade.

Hamilton Assis – Vereador do Município de Salvador

Destacou que a sociedade enfrenta uma crise profunda em múltiplas dimensões — econômica, social, política e ambiental —, resultado do modelo de exploração capitalista que maximiza a exploração do trabalho e da natureza. Enfatizou que, diante dessa crise, buscam-se soluções que responsabilizam e penalizam os trabalhadores, apontando duas respostas preocupantes: a militarização da sociedade, que trata os problemas sociais como patologias a serem combatidas pela repressão policial, e a medicalização, que leva os trabalhadores a se automedicarem para suportar as condições precárias e desumanas de trabalho.

Compartilhou sua experiência no projeto Vida Viva e sua vivência como docente da Rede Municipal de Salvador, ressaltando que o sofrimento dos trabalhadores tem sido transformado em mercadoria por uma indústria que comercializa esse sofrimento. Disse que a luta contra essas condições é um dever coletivo, que exige a compreensão das múltiplas dimensões do problema e a organização política para apresentar alternativas de políticas públicas e de poder que possam modificar essa realidade.

Explicou o motivo de sua saída antecipada da audiência pública: a Prefeitura de Salvador havia aprovado um projeto de subsídios ilimitados para as empresas de transporte coletivo, o que ele considerou absurdo. Após a repercussão negativa, o projeto foi corrigido para estabelecer limites, mas uma comissão especial da qual ele faz parte foi convocada para votar um novo projeto de lei complementar (PLC) na segunda-feira seguinte. Esse projeto visava garantir o pagamento do décimo terceiro salário aos trabalhadores do transporte coletivo, sem contrapartidas para a melhoria do serviço, em meio à ameaça de paralisação dos trabalhadores.

Nanci Helena Rebouças Franco – Diretora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Abordou a transformação em curso na Faculdade de Educação, reconhecendo que ainda não atingiu o ideal desejado, mas que segue avançando por meio da produção de ideias, documentos e posicionamentos políticos. Manifestou posicionamento contrário ao uso da Bíblia como recurso paradidático nas escolas, defendendo o caráter laico do Estado brasileiro e a necessidade de que o espaço escolar seja dedicado à construção coletiva do conhecimento, sem a imposição de conteúdos religiosos específicos.

A diretora também destacou o posicionamento da Faced e da UFBA contra as chacinas, especialmente a do Rio de Janeiro e a do Cabula, ressaltando a dor coletiva causada por essas violências, muitas vezes perpetradas por

agentes do Estado, como a Polícia Militar. Reforçou a importância da universidade pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada, que tem avançado na democratização do acesso, embora ainda distante da representatividade ideal da população negra e periférica.

Ressaltou o papel fundamental da Faculdade de Educação na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica na Bahia, destacando que muitas vezes a universidade não reconhece plenamente essa importância. Enfatizou a relevância do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que completava 15 anos, e que congrega profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes em luta contra a medicalização excessiva da vida e da educação, defendendo alternativas coletivas para os problemas sociais, pedagógicos, culturais e emocionais que têm sido medicalizados.

Refletiu sobre as condições de trabalho e adoecimento dos profissionais da educação, relacionando-os às precariedades das relações laborais e à falta de políticas públicas adequadas. Defendeu a necessidade de mudanças estruturais na sociedade e na educação para garantir qualidade de vida e saúde integral aos trabalhadores e estudantes. Por fim, parabenizou a realização da audiência pública e os 15 anos do Fórum sobre Medicalização, saudou os integrantes do Fórum e demais participantes, e encerrou sua fala com uma referência à música "A Primavera nos Dentes", do Secos e Molhados, simbolizando a resistência e a esperança em tempos difíceis. Reafirmou o compromisso com uma educação inclusiva, humana e emancipadora, que reconheça a singularidade de cada sujeito e promova práticas pedagógicas transformadoras.

Hilton Coelho – Deputado estadual e membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Enfatizou a importância do Fórum Contra a Medicalização, que completava 15 anos, como um espaço fundamental para a mobilização e o debate crítico sobre a medicalização da vida e da educação. Ressaltou que, mais do que nunca, é necessário combater a culpabilização do indivíduo em detrimento da responsabilização do poder político e econômico, que atuam de forma indissociável para perpetuar desigualdades e violências, como exemplificado pelas chacinas no Rio de Janeiro.

Abordou a crítica feita por Nancy ao olhar medicalizante presente na sociedade, que tende a atribuir os problemas sociais e educacionais exclusivamente aos indivíduos, desconsiderando as estruturas e contextos mais amplos. Também mencionou a questão da meritocracia nas escolas, alertando para os riscos de se valorizar apenas os "vencedores" e ignorar

a maioria que pode se sentir derrotada, reforçando a necessidade de um olhar mais inclusivo e crítico. Concordou com a observação de Nancy sobre a necessidade de uma disputa radical de consciência para enfrentar os desafios atuais, reconhecendo que essa é uma tarefa que demandará tempo e empenho contínuo.

Antônio Marcos Sampaio – Conselheiro Regional de Psicologia

Fez questão de realizar sua autodescrição, afirmando sua identidade como homem negro, psicólogo, especialista em comportamento humano e sanitarista, além de coordenador da Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região/Bahia (CRP-03). Ressaltou a trajetória de resistência e luta do Fórum Contra a Medicalização, enfatizando que a medicalização reduz o sujeito, enquanto a desmedicalização amplia o olhar e devolve a palavra ao indivíduo, alinhando-se com os princípios da psicologia comprometida com a democracia, a equidade e a justiça social.

Destacou o compromisso do CRP-03 com uma prática ética, crítica e socialmente referenciada, mencionando resoluções importantes do Conselho Federal de Psicologia, como a CFP nº 018/2012, que orienta a atuação dos psicólogos na educação considerando os determinantes sociais e institucionais, e a CFP nº 013/2007, que define diretrizes para a atuação no campo da saúde, defendendo um cuidado integral e participativo que rompe com a lógica biomédica e patologizante.

Enfatizou que a luta contra a medicalização é também uma luta pela dignidade humana, pela pluralidade dos modos de ser e pela construção de políticas públicas que reconheçam o sujeito em sua singularidade. Alertou para o fato de que a medicalização funciona como uma forma de silenciamento, transformando desigualdades, racismo, pobreza e sofrimento social em diagnósticos e rótulos, o que desvia o foco das causas reais do sofrimento e culpabiliza o indivíduo.

O conselheiro reforçou a defesa do CRP pela ampliação de práticas clínicas institucionais que valorizem o território coletivo e as redes de cuidado, afirmando que a saúde mental deve ser entendida como um direito humano, e não como privilégio ou mercadoria. Ressaltou o papel fundamental do fórum como espaço de articulação entre educadores, profissionais de saúde, estudantes, famílias e movimentos sociais que resistem à naturalização do sofrimento.

Agradeceu a transmissão da audiência pela TV ALBA, destacando a importância de levar esse debate para além dos espaços acadêmicos e privilegiados, e reconheceu as dificuldades orçamentárias enfrentadas

pelo Conselho Regional de Psicologia, que impactaram temporariamente o apoio a algumas lutas, mas reafirmou o compromisso de continuidade e fortalecimento das ações a partir de fevereiro, quando o orçamento será renovado. Encerrando sua fala, defendeu a importância da construção coletiva e em rede, afirmando que, apesar dos desafios, seguem plantando resistência e colhendo saberes, cuidando da vida em todas as suas formas.

Denise Souza – Professora e representante do Comitê Bahia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Sua fala foi marcada pela articulação entre sua atuação acadêmica e sua militância em defesa da educação pública, da valorização dos profissionais da educação e da luta contra a medicalização no contexto educacional. Destacou a importância do encontro com o Fórum Contra a Medicalização, ressaltando a trajetória conjunta de luta que remonta a 13 anos, desde a resistência ao programa Alfabeto em Salvador, um projeto que ela qualificou como racista, misógino e mecanicista, que desqualificava profissionais e estudantes.

Enfatizou a importância da unidade e da construção coletiva entre os diversos atores envolvidos na defesa da educação pública. Falou em três dimensões, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Coletivo de Coordenadoras Pedagógicas da Rede Municipal de Salvador, e sua atuação como coordenadora pedagógica da Escola Municipal Paulo Mendes de Aguiar.

Destacou que a educação no Brasil está sob ataque, com uma lógica medicalizante que desloca a responsabilidade institucional para o indivíduo, e que o Plano Nacional de Educação, atualmente em disputa em Brasília, sofre forte influência de forças conservadoras e do mercado, ameaçando a democracia e os processos participativos nas escolas.

Denunciou a redução orçamentária prevista para a educação, de 10% para 7,5%, e os impactos dessa precarização na saúde dos profissionais da educação, que enfrentam adoecimento decorrente das políticas públicas. Criticou a mercantilização da educação, a imposição da Bíblia como material didático obrigatório em Salvador, a valorização da meritocracia e a transformação das avaliações externas em instrumentos de pressão e exclusão, que culpabilizam estudantes, professores e famílias pelo fracasso escolar.

Relatou a recente greve de 74 dias das profissionais da educação em Salvador, marcada por ataques físicos e psicológicos, desinformação e repressão por parte da gestão municipal. Denunciou o golpe na Câmara

Municipal que resultou no pagamento formal do piso salarial, mas com o desmonte do plano de carreira e o não cumprimento das promessas feitas após a greve, o que tem agravado o adoecimento da categoria, inclusive com mortes e casos graves de saúde.

Fez uma denúncia sobre a tentativa de fechamento da Escola Municipal Paulo Mendes de Aguiar, instituição com 43 anos de existência, construída pela comunidade e com terreno próprio, que vem sendo apagada do sistema municipal e que sofre com o fechamento de turmas e a compra de vagas em escolas privadas na região, evidenciando um processo de privatização da educação infantil em Salvador.

Criticou ainda a divulgação oficial da Secretaria de Educação que invisibiliza as crianças da educação infantil, dificultando o acesso da comunidade às vagas. Reafirmou a importância do Fórum Contra a Medicalização como espaço de resistência, diálogo e construção coletiva por um modelo de educação e sociedade alternativos, pautados na valorização da vida, da saúde mental e dos direitos humanos.

Hilton Coelho – Deputado estadual e membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público a

Descreveu a Escola Municipal Paulo Mendes de Aguiar como um espaço pequeno diante do gigantismo dos prédios construídos pela prefeitura, os quais, segundo ele, são caracterizados por “caixotes” que destroem as árvores e dão uma aparência industrial ao ambiente escolar, apesar da tentativa de embelezamento com ladrilhos coloridos.

Destacou que essa escola representa uma importante experiência de resistência à medicalização, evidenciada pela compreensão das famílias sobre o significado da educação. Ressaltou que, mesmo após dez anos de mobilizações anuais, a escola não foi fechada, em grande parte devido ao reconhecimento das mães e familiares sobre o trabalho desmedicalizante realizado pelos profissionais da instituição.

Disse que a escola atende majoritariamente estudantes com deficiência, que começaram a ser alfabetizados efetivamente naquele ambiente, o que causa grande satisfação e esperança nas famílias. Enfatizou que, apesar do desprezo e do descaso do poder público, que se manifesta na precariedade física da escola, o brilho e a vitalidade do espaço permanecem evidentes. Mencionou elementos como a “Escola Colorida”, o “Quilombinho da Leitura” e as paredes das salas de aula que refletem vida e acolhimento.

Afirmou que essa escola é um exemplo concreto de resistência desmedicalizante, reconhecida e valorizada pelas famílias, que atualmente lideram uma campanha para impedir seu fechamento. Por fim, considerou essa resistência uma vitória importante no âmbito do Fórum Contra a Medicalização, reforçando a relevância da luta coletiva em defesa da educação pública e inclusiva.

Francisco Pacheco dos Santos – Secretário-geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia (CRF-BA)

Proferiu sua manifestação destacando a importância do tema para a prática farmacêutica e para a saúde pública. Em seu pronunciamento, Francisco ressaltou o papel central do medicamento como insumo fundamental no cuidado à saúde, mas também alertou para os riscos decorrentes do uso excessivo e inadequado desses produtos, enfatizando a contradição entre sua eficácia terapêutica e os perigos da medicalização excessiva.

Parabenizou o deputado Hilton Coelho pela iniciativa da audiência e pela celebração dos 15 anos do Fórum Contra a Medicalização, do qual o Conselho Regional de Farmácia é parceiro histórico. Destacou a relevância da educação como ferramenta essencial para a desmedicalização da sociedade, ressaltando que os profissionais farmacêuticos devem atuar não apenas como dispensadores de medicamentos, mas também como agentes sanitários e educadores, promovendo o uso racional dos medicamentos e combatendo a patologização excessiva de questões sociais.

Compartilhou experiências pessoais relacionadas à sua trajetória acadêmica, mencionando a realização de um sonho antigo ao ingressar na Faculdade de Educação (Faced) da UNEB, após ter iniciado sua formação na área de saúde coletiva. Enfatizou a necessidade de ampliar o olhar sobre os determinantes sociais da saúde e de integrar essa perspectiva na prática clínica e na formação dos profissionais de saúde.

Criticou o uso abusivo de medicamentos evidenciado durante a pandemia, destacando a responsabilidade do setor farmacêutico e do comércio na promoção de produtos ineficazes para obtenção de lucro, o que exemplifica o processo de medicalização da sociedade. Mencionou a importância da parceria com o Fórum Contra a Medicalização e o

compromisso do Conselho Regional de Farmácia em garantir recursos para a continuidade das atividades do Fórum.

Ressaltou a iniciativa conjunta com o Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia (Sindifarma) no programa “Farmácia nas Escolas”, que visa trabalhar com jovens a conscientização sobre o uso racional de medicamentos e o combate à medicalização excessiva. Concluiu reafirmando o compromisso do Conselho Regional de Farmácia em apoiar a luta pela desmedicalização e pela formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de compreender a complexidade do ser humano para além da patologização e do uso indiscriminado de medicamentos.

Plenária

Gabriella Borges – Presidente do Psol de Porto Seguro

Destacou a importância de reconhecer as especificidades e os desafios enfrentados pela população trans/travesti no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito à medicalização e à opressão vivida por essas pessoas. Enfatizou que a medicalização, no caso das mulheres trans e travestis, envolve processos como a hormonização, que afetam o sistema nervoso e emocional, e que o ambiente escolar muitas vezes é adoecedor devido à negação de direitos básicos, como o uso do nome social e o acesso ao banheiro adequado.

Gabriele também aponta dados alarmantes sobre a exclusão educacional da população trans/travesti no Brasil, com 91% não concluindo o ensino médio e menos de 0,02% presentes nas universidades, ressaltando a importância da educação como ferramenta de transformação social e resistência. Apresentou-se como exemplo de superação, sendo a primeira travesti professora de Química no Brasil, e reforçou a necessidade de uma escola verdadeiramente inclusiva que contemple todas as pessoas.

Lygia Viegas – Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Destacou a importância de compreender a medicalização a partir de uma perspectiva interseccional, que considera as múltiplas dimensões de

gênero, raça, classe, sexualidade e território, ressaltando como essas questões se articulam historicamente com a ciência, a política e o Estado para justificar opressões por meio de argumentos pseudocientíficos.

Ressaltou a relevância do encontro para as lutas sociais e acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas há anos, enfatizando a continuidade e o fortalecimento dessas parcerias. Contextualizou o debate, mencionando a participação de diversos atores e movimentos que trouxeram contribuições importantes para a compreensão da medicalização, como a crítica ao uso abusivo de medicamentos psiquiátricos para controle químico de adolescentes negros e pobres em medidas socioeducativas, e a situação emblemática de mães hipertensas que têm seus tratamentos medicinais aumentados em resposta a problemas sociais, em vez de se questionar a estrutura social que gera tais situações.

Destacou a resistência das educadoras, que, mesmo diante das adversidades, mantêm a luta pela educação pública e inclusiva, ressaltando que a luta, embora necessária, é também fonte de vida e energia para esses profissionais. Abordou ainda os desafios da inclusão escolar em uma sociedade excludente, citando a reflexão sobre como a inclusão muitas vezes impõe barreiras e limitações às pessoas que deveriam ser acolhidas.

Trouxe uma análise crítica sobre a presença dos profissionais de psicologia nas escolas, alertando para os riscos de práticas patologizantes e corporativistas que podem enfraquecer a luta das professoras e a resistência dos territórios escolares. Propôs que o debate sobre a atuação desses profissionais seja aprofundado, especialmente considerando a possibilidade de investimentos alternativos, como em bibliotecas, que poderiam promover a aprendizagem sem patologização.

Ressaltou a necessidade de que a psicologia seja parceira da escola e não do Estado opressor, que historicamente utilizou a psicologia para patologizar e higienizar populações vulnerabilizadas. Parabenizou a presença e o engajamento do Conselho Regional de Psicologia, do Conselho de Farmácia, da diretoria da Faculdade de Educação, do Movimento pela Educação, do deputado Hilton Coelho e demais participantes, reforçando que a audiência pública é um espaço político fundamental para avançar no enfrentamento à medicalização excessiva em todos os territórios.

Enfatizou que a luta contra a medicalização deve ser ampliada e consolidada, buscando menos medicamentos e mais políticas públicas que promovam saúde, educação e inclusão social.

Marcos Mussi – Assessor parlamentar do deputado Hilton Coelho

Abordou a temática do transporte público, relacionando-a às políticas públicas de saúde mental coletiva. Destacou a importância da luta pela tarifa zero como uma proposta fundamental para enfrentar a sociedade medicalizante e as desigualdades sociais que a permeiam. Ressaltou que a atual sociedade é marcada por um adoecimento coletivo, com altos índices de ansiedade, mas que o problema central não reside na falta de medicamentos, e sim nas desigualdades sociais que configuram esse contexto.

Defendeu que a tarifa zero no transporte público é uma política pública viável e necessária, que possibilita a circulação tranquila das pessoas na cidade, promovendo o direito ao trabalho, lazer, convivência e, conseqüentemente, o autocuidado, reduzindo a dependência de medicamentos. Mencionou o trabalho do Observatório Móvel de Mobilidade em Salvador, que tem fortalecido essa pauta e apresentado propostas concretas para a implementação da tarifa zero na capital baiana.

Ressaltou que, embora o prefeito questione quem arcaria com os custos, a população já paga essas despesas diariamente, e que há condições reais para viabilizar o transporte gratuito. Relacionou a luta pela tarifa zero com outras demandas sociais, como o fim da escala 6 por 1, enfatizando que essas políticas públicas são essenciais para garantir mais qualidade de vida, tempo para descanso, lazer e convivência, elementos fundamentais para a construção de uma sociedade menos medicalizante e mais justa.

Zilmar Alverita – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Participou com uma fala que abordou diversos temas relacionados à medicalização da vida, destacando a interseção entre políticas públicas, direitos indígenas, e a influência de grupos religiosos nas políticas sociais. Ela iniciou sua exposição fazendo uma autoidentificação como mulher indígena, ressaltando a importância desse reconhecimento para a luta

contra as violências históricas sofridas por seu povo, como a expulsão de territórios e a imposição de casamentos com não indígenas.

Parabenizou o fórum pelo trabalho realizado, qualificando-o como um espaço fundamental para a produção de políticas que, segundo ela, muitas vezes resultam em sofrimento. Criticou a recente proposta apresentada por um vereador da base do prefeito de Salvador, que visa incluir igrejas evangélicas e outros templos religiosos no Plano Municipal de Segurança Pública, ampliando o papel dessas instituições nas ações de prevenção e acolhimento social.

Relacionou essa iniciativa ao avanço de políticas autoritárias e antidemocráticas, alinhadas ao bolsonarismo, que buscam levar tensões para dentro das escolas por meio da introdução da Bíblia no ambiente escolar, o que, na sua avaliação, transformaria as escolas em campos de batalha. Informou que está organizando uma representação para que o Ministério Público atue contra essa medida, buscando sua inconstitucionalidade, e mencionou experiências exitosas em Minas Gerais nesse sentido.

Destacou o desafio de enfrentar as comunidades terapêuticas na Bahia, que têm forte atuação no estado, e expressou a disposição de sua coordenação para construir ações conjuntas com a militância nacional contra essas instituições, priorizando essa luta para o próximo ano.

Considerações finais

Antônio Marcos Sampaio – Conselheiro Regional de Psicologia

Ressaltou que o mandato do deputado Hilton Coelho tem sido um espaço de acolhimento das demandas sociais, especialmente aquelas com menor visibilidade, como as relacionadas à anemia falciforme. Enfatizou a importância do debate sobre a medicalização, apontando que essa discussão está diretamente ligada à disputa pelo modelo de saúde vigente no país, caracterizado por um enfoque hospitalocêntrico e centrado no médico.

Disse que a população muitas vezes é convencida a acreditar que saúde se resume à obtenção de um receituário, o que favorece interesses econômicos que lucram com a produção de doenças e doentes. Destacou ainda a problemática da venda irresponsável de medicamentos, que são amplamente promovidos e comercializados, inclusive em mercados e por meio de propagandas, estimulando o consumo inadequado.

Parabenizou mais uma vez o deputado Hilton Coelho por trazer essa pauta à Casa do Povo e reafirmou a importância de espaços como o fórum para a discussão das demandas populares, que nem sempre coincidem com as pautas tradicionais da Assembleia. Manifestou o desejo de aproximar o Conselho Estadual de Saúde da Bahia do fórum, sugerindo a possibilidade de levar o debate sobre medicalização para outras instâncias, inclusive com o apoio do Fórum de Conselhos Estaduais do Nordeste, representado pelo vice-presidente do Conselho da Paraíba, presente na audiência.

Reconheceu a complexidade do tema, que envolve discussões técnicas que nem sempre são de fácil compreensão para a população e colocou o Conselho Estadual de Saúde da Bahia à disposição para contribuir com as ações futuras relacionadas à medicalização.

Francisco Pacheco dos Santos – Secretário-geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia (CRF-BA)

Agradeceu a oportunidade concedida para participar do evento. Ele ressaltou a importância do cuidado e da delicadeza com que as representantes do fórum conduzem suas ações, destacando a inclusão da poética e da arte como elementos fundamentais nesse processo.

Mencionou que, ao chegar ao local, percebeu que o espaço estava sendo tematizado e ganhando vida por meio dessas expressões artísticas, o que, segundo ele, permeia o cuidado em cada ação realizada.

Enfatizou ainda que a luta, apesar de ser árdua e difícil, é conduzida com leveza e que a arte exerce um papel relevante como um grande antídoto para a medicalização da sociedade, estando essa perspectiva no DNA do Fórum. Por fim, parabenizou a condução brilhante do trabalho realizado pelo fórum, destacando a importância dessa abordagem na discussão sobre medicalização.

Denise Souza – Professora e representante do Comitê Bahia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Agradeceu a oportunidade de estar presente no evento. Em sua fala, destacou a importância da luta contra a reforma administrativa, ressaltando que a atuação das servidoras públicas, especialmente em espaços como aquele, é fundamental para a defesa do serviço público.

Enfatizou que a extinção do concurso público e da estabilidade representa uma ameaça à capacidade dessas profissionais de ocupar espaços de resistência e realizar seu compromisso com o público. Ela agradeceu ao fórum pela realização do encontro, desejando-lhe continuidade e ressaltando a importância da união e da sinergia entre as participantes para fortalecer a luta comum. Por fim, reforçou o espírito coletivo e a determinação do grupo, encerrando sua fala com uma mensagem de resistência e solidariedade.

Antônio Marcos Sampaio – Conselheiro Regional de Psicologia

Destacou a importância da participação ativa dos psicólogos no Conselho, ressaltando que a instituição é construída pela categoria e que é necessário "povoá-la" com discussões internas, especialmente sobre temas como a medicalização. Agradeceu aos organizadores e participantes, mencionou a representatividade e a luta dentro do controle social, e fez um convite aberto para que os profissionais se envolvam mais, participem das comissões e grupos de trabalho, e levem o debate para a categoria, inclusive propondo a produção de materiais como livros e referências sobre o tema.

Enfatizou que esse engajamento é fundamental para fortalecer a categoria e avançar nas discussões, além de mencionar a importância do processo eleitoral e formativo dentro do Conselho.

Nanci Helena Rebouças Franco – Diretora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Reafirmou o compromisso da Faced com a formação inicial e continuada dos profissionais da área de educação. Agradeceu ao deputado Hilton Coelho pela realização da audiência e parabenizou o Fórum pelos 15 anos de luta contra a medicalização da sociedade e da vida. Destacou a importância de ampliar as discussões sobre o tema nos cursos da Faculdade de Educação, incluindo Pedagogia, Educação Física, Ciências Naturais, Licenciatura e Educação do Campo, bem como em todas as licenciaturas da Universidade Federal da Bahia, sob responsabilidade da Faced.

Ressaltou a relevância do encontro, que contou com a participação de pessoas de diversas áreas do conhecimento e movimentos sociais, para refletir sobre questões fundamentais para a sociedade. Mencionou a importância da arte, citando sua admiração por Gonzaguinha, e como a arte pode trazer esperança e inspiração para as lutas cotidianas. Enfatizou o valor do coletivo e da solidariedade nas batalhas sociais, parabenizando todos os envolvidos na construção de uma vida mais digna e justa. Colocou-se à disposição da Faculdade de Educação até 2028 para contribuir com todas as lutas necessárias para pensar a sociedade de forma coletiva, reafirmando seu compromisso com a causa.

Elaine Cristina de Oliveira – Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e representante do Fórum sobre Medicalização

Destacou questões críticas relacionadas ao acesso ao cuidado para crianças e adolescentes com dificuldades de linguagem, enfatizando a insuficiência e a violência do sistema de saúde vigente. Lamentou a ausência do representante do Conselho Nacional de Saúde, ressaltando que a falta de abertura para debates compromete a efetividade do fórum.

Relatou sua recente interlocução com a coordenadora geral da pessoa com deficiência do Ministério da Saúde, Luane Carvalho, na qual chamou atenção para a existência de milhares de crianças em lista de espera na Clínica Escola da Ufba. Essas crianças, especialmente jovens da educação básica com diagnósticos relacionados a questões de linguagem, enfrentam barreiras para serem acolhidas, pois não se enquadram claramente na rede da pessoa com deficiência, na saúde mental ou na atenção básica, que direciona para a rede especializada, a qual não dispõe de vagas suficientes.

Criticou o sistema de saúde por exigir diagnósticos formais para o acesso ao cuidado, o que gera sofrimento às famílias, que muitas vezes buscam

qualquer CID apenas para garantir algum benefício básico. Qualificou essa situação como uma violência institucional que cria barreiras ao cuidado efetivo, alertando que, sem mudanças no acesso e na política de saúde, os esforços do fórum serão infrutíferos. Refletiu sobre o papel do fórum como espaço de resistência à anestesia social provocada pela medicalização, destacando a importância da arte como forma de superar essa anestesia e reafirmando a necessidade de cuidado sem a imposição de categorias ou rotulações que limitam o acesso. Concluiu sua fala agradecendo a presença e o engajamento coletivo, ressaltando a continuidade das atividades do evento, que incluíam oficinas, ciclos de estudo e manifestações, reforçando o compromisso com a luta coletiva pela desmedicalização e por uma sociedade mais justa e acolhedora.

Gabriella Borges – Presidente do Psol de Porto Seguro

Fez um apelo por justiça em memória de Alice, uma mulher travesti assassinada recentemente em Belo Horizonte, mencionando um vídeo emocionante realizado por Alice sobre seu pai. Enfatizou a importância de lembrar e lutar por justiça para Alice. Além disso, destacou a proximidade da Marcha das Mulheres Negras, marcada para o dia 25 de novembro em Brasília, convocando a participação e a mobilização para o evento, que tem como objetivo fortalecer a luta por bem viver e a valorização das comunidades negras. Sua fala finalizou com um chamado à resistência e à união em prol dos direitos e da dignidade das populações marginalizadas.

Hilton Coelho – Deputado estadual e membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Ao finalizar a audiência pública, fez uma homenagem a Alice, a mulher travesti assassinada recentemente em Belo Horizonte, repetindo com ênfase "Alice, presente!", para marcar a memória e a importância da luta por justiça.

Destacou o significado do evento, ressaltando que o Fórum construiu uma tradição de reunir pessoas para "desculpabilizar, desanestesiar e libertar", promovendo a união e o enfrentamento coletivo das questões complexas discutidas. Mencionou o impacto do Fórum em diversas esferas, como a rede municipal e a pós-graduação da Ufba, enfatizando a importância da tessitura coletiva para superar a culpabilização e avançar na luta por direitos. Por fim, ele parabenizou os 15 anos do Fórum, agradeceu a participação de todos e expressou a expectativa de continuidade e ampliação da mobilização nos próximos eventos.

ANEXO I

Link para o vídeo da audiência pública:

<https://www.youtube.com/watch?v=td9k9e5sFSU>

ANEXO II

Galeria de fotos

